

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria da argumentação jurídica**. Trad. Zilda Hutchinson Schild Silva. São Paulo: Landy Livraria e Editora, 2001.

AURÉLIO. **Dicionário do Aurélio Online** 2018. Disponível em: <<https://dicionario.doaurelio.com/sexo>>. Acesso em: 11 de abril de 2019.

ARAUJO, Luis Alberto David. **A proteção constitucional do transexual**. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. MS no 2097361-61.2015.8.26.0000, j. 08 de outubro de 2015, 9a Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, Rel. Des. Ely Amioka. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2015/10/art20151020-09.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2019.

_____. Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Recurso Ordinário 4.995-41 Minas Gerais. Disponível em: <____>. Acesso em 27/04/2019.

CÂNDIDO. Joel José. **Direito eleitoral brasileiro**. 4. ed. Bauru: Edipro, 1994.

COMPARATO, Fábio Konder. Sentido e alcance do processo eleitoral no regime democrático. *In Estud. av.* [online]. 2000, v. 14, n.38, p. 307-320. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-4014200000100018&lng=pt&nrm=iso>.ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142000000100018>. Acesso em 27/04/2019.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução 1.652/10**. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. Relator Edevard José de Araújo. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/inc_social_lgbtt/Legislacao_LGBTT/resolucao_CFM_1955.pdf. Acesso 29/04/2019.

DA REDAÇÃO. **Datafolha**: 27,4% das mulheres sofreram agressões; metade não denuncia. Pesquisa indica ainda que 76,4% das vítimas conhecem seus agressores e a maioria dos casos (42%) ocorre em casa. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/datafolha-274-das-mulheres-relatam-agressoes-metade-nao-denuncia/>>. Acesso em 11 abr. 2019.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). in: hirata, h. et al (org.). dicionário crítico do feminismo. editora Unesp: São Paulo, 2009. <https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>. Acesso em 02 abr. 2019.

DIAS, Maria B. **A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 3. ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2012.

DIAS, Maria Berenice. **Homossexualidade: discussões jurídicas e psicológicas**. Curitiba: Juruá Editora, 2001.

DIEHL, Alessandra; VIEIRA, Denise Leite. **Sexualidade: do prazer ao sofrer**. 2. ed. Rio de Janeiro: Roca, 2017.

DINIZ, Maria Helena. **Transexual, in Dicionário Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 1998, v. 4, p. 604.

DINIZ, Pedro. Brasil patina no combate . Sexualidade: do prazer ao sofrer. 2. ed., LGBTs. Folha de S de Ssil patina no combate. Sexualidade: do prazer ao so<[Http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1884666-brasil-patina-no-combatea-homofobia-e-vira-lider-em-assassinatos-de-lgbts.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1884666-brasil-patina-no-combatea-homofobia-e-vira-lider-em-assassinatos-de-lgbts.shtml)>. Acesso em: 20 abr. 2019.

DWORKIN, Ronald. **O império do direito**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Versão eletrônica

FAVARETTO, Telma S. F. A mulher e o abandono de recém-nascido: uma análise transdisciplinar. In: ELESBÃO, Elisita C. (Coord.). **Pessoa, gênero e família: uma visão integrada do direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002. P. 121-162.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessário à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 39ª edição. 1996. 146 p.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / apresentação de Fernando Henrique Cardoso. — 48ª ed. rev. — São Paulo: Global, 2003.

GOIÁS. Tribunal de Justiça de Goiás. **Decisão processo n.º 201103873908**. Magistrada Ana Cláudia Veloso. 23 de setembro de 2011. Disponível em

<<http://www.tjgo.jus.br/decisao/imprimir.php?inoid=2251460>. Acesso em 29/04/2019.
HART, Herbert L. A. **O Conceito de direito**. Trad. A. Ribeiro Mendes. 3.ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Brasil_tab_1_4.pdf>. Acesso em 27 de mar. 2019.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Trad. João Baptista Machado. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Teoria geral do direito e do Estado**. Trad. Luís Carlos Borges. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

LEITE, Rita de Cássia. **violência doméstica e violência de gênero. reflexões à luz da recente orientação do tribunal de justiça do Estado de São Paulo** . 2015. Artigo científico, PUC, São Paulo.2015. Disponível em:https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/violencia_domestica_e_violencia_de_genero._reflexoes_a_luz_da_recente_orientacao_do_tribunal_de_justica_do_estado_de_sao_paulo.pdf. Acesso em: 11 de abril de 2019.

ESTADO_DE_SAO_PAULO.PDF. ACESSO EM: 11 DE ABRIL DE 2019

LOPES, André Cortes. **TRANSEXUALIDADE: Reflexos da Redesignação Sexual**. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/229.pdf Acesso em: 30 de abr. de 2019.

MALTAROLLO, Adriano de Sousa. **Sistema eleitoral brasileiro: um estudo do caso da Lei das Inelegibilidades**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

PERES, Ana P. A. B. **Transexualismo: o direito a uma nova identidade sexual**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/?q=7003050470&tb=geral&btnG=buscar>. Acesso em 25 de abr. de 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº70041776642, da 8ª Câmara Cível. Relator: Rui Portanova. Julgado em: 30/06/2011. Disponível em:

<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/112619545/apelacao-civel-ac-70047754296-rs/inteiro-teor-112619555?ref=juris-tabs>. Acesso em: 09 mai. de 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível 2005.001.17926,18°. Câmara Cível. Desembargador: Nascimento Pavoas. Disponível em. Julgado em 22/11/2005. Acesso em: 29 de mai. 2019.

SARLET, **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais Constituição Federal 1988**. 9 ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2001.

SENADO FEDERAL. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil**. indicadores nacionais e estaduais. nº2 Brasília | 2018. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf>. Acesso em: 11 de abr. de 2019.

_____. **Painel de Violência contra Mulheres**. Disponível em: <http://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2FPainel%20OMV%20-%20Viol%C3%Aancia%20contra%20Mulheres.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true>. Acesso em: 11 de abr. de 2019

SILVA, Adriano Alves da. **Vulnerabilidades** Centro Universitário de Brasília–UNICEUB INSTITUTO CEUB DE PESQUIS E DESENVOLVIMENTO BRASÍLIA. 2015. p.6 – 43. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/7825/1/51304870.pdf> Acesso em 20 abr. 2019.

SILVEIRA, José F. O. da. **O Transexualismo na Justiça**. Porto Alegre: Editora Síntese, 1995.

STREY, Marlene Neves. **Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo**. In: GROSSI, Patrícia; WERBA, Graziela (Orgs). **Violências e gênero. Coisas que a gente não gosta de saber**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

WERBA, Graziela C.; GROSSI, Patrícia K. (Orgs.). **Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001. p. 47-69.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/22/comissao-do-senado-aprova-projeto-que-estende-lei-maria-da-penha-a-transexuais.ghtml>. Acesso em 24 de mai. 2019.